

**LEI N° 2510/2023**

Altera a Lei Municipal nº 2.265/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e o Conselho Tutelar.

PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Seção III

Do processo de escolha e do mandato dos Conselheiros Tutelares

Art. 1º Altera-se o Art. 40, da Lei Complementar nº 2.265/2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá através de Eleição pelo voto direto, secreto, uninominal, universal e facultativo dos cidadãos do Município, presidida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público”.

Art. 2º Altera-se o Art. 41, da Lei Complementar nº 2.265/2019, o qual passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 41. O mandato dos Conselheiros Tutelares é de 4 anos, permitida a recondução por novos processos de escolha”.

Art. 3º Altera-se o Art. 42, da Lei Complementar nº 2.265/2019, o qual passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 42. São requisitos para candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar:

- I. Reconhecida idoneidade moral;
- II. Idade superior a 21 anos;
- III. Residir no Município comprovadamente há pelo menos dois anos;
- IV. Ser eleitor;
- V. Escolaridade mínima em nível de Ensino Médio Completo na data da posse;
- VI. Participação dos candidato (a)s homologado (a)s em curso de formação que deverá ser fornecido pela administração municipal”.



Parágrafo único. Os requisitos referidos nos Incisos I a V deste artigo devem ser exigidos também para a posse e mantidos pelo período que durar o mandato, como condição para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

Seção IV

Da posse, remuneração e direitos dos Conselheiros Tutelares

Art. 4º Altera-se o Art. 50, Inciso III da Lei Complementar nº 2.265/2019, o qual passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 50. Ficam assegurados ao Conselheiro Tutelar, ainda, os seguintes direitos:

III- licença- paternidade de 15 dias”.

Seção V

Do regime disciplinar dos Conselheiros Tutelares

Art. 5º Altera-se o Art. 53, da Lei Complementar nº 2.265/2019, o qual passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 53. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

- I. Manter conduta pública e particular ilibada;
- II. Zelar pelo prestígio da instituição a que serve;
- III. Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua Manifestação à deliberação do colegiado;
- IV. Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais Atribuições;
- V. Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;
- VI. Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VII. Elaborar e encaminhar relatório trimestral ao Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente de Arambaré, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;
- VIII. Alimentar e sistematizar as informações relativas às demandas de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA, ou sistema equivalente”.



**GABINETE
DO
PREFEITO**

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de abril de 2023.

Jardel Magalhães Cardoso
Prefeito Municipal